

Consultoria para elaboração de uma Proposta Curricular para a Educação de Infância, em São Tomé e Príncipe

2.º Relatório de Progresso, envolvendo o período de 20 de abril a 4 de maio/2012

Gabriela Portugal
Departamento de Educação
Universidade de Aveiro

I – Introdução e contextualização do trabalho

O trabalho de **Consultoria para elaboração de uma proposta Curricular para a Educação de Infância em São Tomé e Príncipe (STP)** tem como objetivos o seguinte:

- Apoiar a equipa responsável pela educação pré-escolar (EPE) do Ministério da Educação Cultura e Formação (MECF) no processo de reflexão sobre o desenvolvimento e aprendizagem das crianças em idade pré-escolar (0-5 anos) e
- Proceder à elaboração de uma proposta curricular para a educação de infância (EI) compreendendo as faixas etárias dos 0 - 3 e dos 3 - 5 anos e integrando um conjunto de elementos considerados organizadores do processo pedagógico e desenvolvimento curricular, a discutir, adequar e validar pelos responsáveis do MECF atendendo à realidade santomense.

Na primeira missão ocorrida entre 28 de outubro e 11 de novembro de 2011 procurou-se conhecer, caracterizar e analisar a realidade da EI em STP (1.º relatório de progresso), tendo sido elaboradas e melhoradas as primeiras versões do referencial curricular para a educação pré-escolar, com base no feedback conferido pelos interlocutores santomenses (equipa da EPE do MECF e UNICEF).

Na segunda missão, tendo por base a versão mais atualizada do referencial curricular, **realizou-se um trabalho de formação, discussão e reflexão sobre o referencial curricular junto dos principais protagonistas da EI em STP, no sentido de compreensão de aspetos importantes para a melhoria do documento, e foi-se procedendo à reformulação/melhoria consequente do referencial curricular.**

É a este trabalho que o presente relatório se reporta.

II – O trabalho de formação e discussão em torno do referencial curricular

Formação em S. Tomé (6 sessões), 23/4 a 25/4

- Participantes: 28 pessoas
 - Equipa do Pré-Escolar do MECF
 - Coordenadores e metodólogos
 - Representante do Ensino Primário

Formação no Príncipe (6 sessões), de 26/4 a 28/4

- Participantes: 16 pessoas
 - Dr. Lázaro Vicente - representante do MECF
 - Coordenador local da EPE
 - Educadoras e auxiliares
 - Metodóloga do Ensino Primário

Durante a estadia no Príncipe houve ainda possibilidade de visitar 3 jardins-de-infância

Reuniões em S. Tomé, de 30 de abril a 3 de maio

- Com Equipa do Pré-Escolar (30 de abril e 2 de maio) - Esclarecimentos acerca de conteúdos e formas de trabalhar em torno do referencial curricular; possibilidades de organização diária das rotinas e de planificação de atividades em contextos de EI.
- Reuniões de balanço final junto da UNICEF e MECF (2 e 3 de maio)

Os conteúdos da formação incidiram sobre as seguintes temáticas, coincidentes com capítulos do referencial curricular:

- Princípios educativos e noção de currículo
- Lei de bases e objetivos da EPE
- Qualidade em contextos de infância
- O papel do educador
- Finalidades e práticas educativas para os 0-3 anos (creche)
- Áreas e metas de aprendizagem e desenvolvimento para os 3-5 anos (JI)
- Organização do contexto físico e social no JI
- Observação e Planificação

Como **estratégia formativa**, optou-se pela apresentação de questões e dinamização de atividades, individuais e em grupo, indutoras de reflexão por parte dos participantes sobre os conceitos e princípios educativos subjacentes ao referencial curricular para facilitar a compreensão e apropriação da “essência” do referencial; realização de alguns exercícios de observação de aspetos do currículo e das vivências das crianças e exploração de algumas fichas de apoio à planificação, intervenção e avaliação.

Os **documentos em power-point** trabalhados nas sessões foram deixados com a equipa do MECF e responsáveis da UNICEF, no final da missão (3 de maio).

A avaliação da formação foi feita de forma partilhada entre todos, atendendo ao seguinte questionamento:

- Como analisa os seus níveis de bem-estar e de implicação durante a formação?
- O que mais apreciou? O que menos apreciou?
- Sente-se estimulado para introduzir mudanças nas práticas do seu dia-a-dia?
- Indique 3 aprendizagens importantes que terá feito nestes dias.

As respostas obtidas pelos diversos participantes indicaram que a formação foi sentida como muito rica e interessante, nomeadamente pelo facto de estimular a reflexão. Os níveis de envolvimento e de bem-estar foram considerados bons, sendo referido que a formação representava um claro impulso à mudança de rotinas e de melhoria das práticas. No que se refere a aprendizagens mais marcantes assinalou-se a atenção aos processos experienciados ou vivenciados pelas crianças e lidos em termos de implicação/envolvimento da criança; a consideração da importância de atender à autonomia e iniciativa da criança; e o alargamento da ideia de currículo a tudo o que sucede num contexto educativo e que suporta as diversas aprendizagens das crianças, envolvendo, assim, princípios, objetivos, áreas de aprendizagem e desenvolvimento, bem como tudo o que respeita a organização do contexto físico e social.

Como menos positivo foi considerado o pouco tempo de formação, a intensidade da formação (manhã e tarde), assumindo-se que seria mais adequado formação apenas no período da manhã, pouco tempo para explorar práticas de planificação e ainda pouca participação de alguns formandos. Foi ainda considerado que teria sido desejável que tivessem estado na formação pessoas da “inspeção”, da EFOPE e muitos outros educadores, levantando-se o problema da disseminação da mensagem.

III – Reflexão consequente ao trabalho de formação e discussão em torno do referencial curricular

Na linha do já referido no 1.º relatório de progresso, concomitante ao desenvolvimento de um referencial curricular para a EPE, evidencia-se a necessidade de formação inicial e continuada, acompanhamento e supervisão pedagógica junto dos profissionais que já estão no terreno.

Trabalhar com qualidade em educação de infância requer conhecimentos específicos e uma planificação apropriada, sustentada no conhecimento do desenvolvimento nos primeiros anos de vida e das finalidades educativas de todo o trabalho em creche e jardim-de-infância. Requer ainda atitudes de respeito, compreensão, muita flexibilidade

para responder às necessidades de cada criança e família, reflexão crítica e questionamento continuado de práticas, indispensáveis à resolução de problemas.

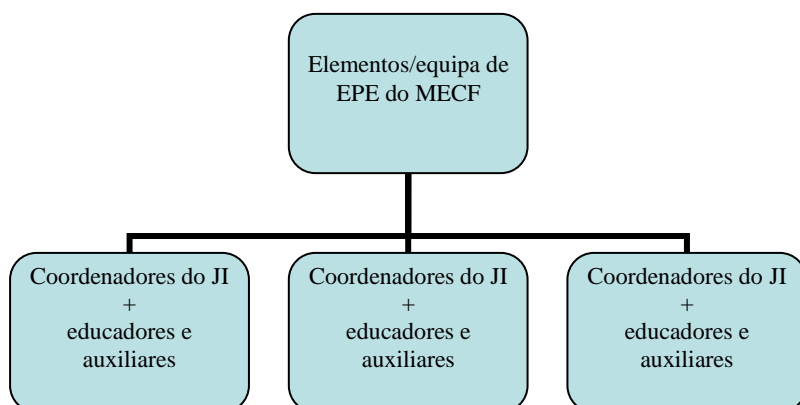
Observar, perguntar, flexibilizar são atitudes básicas num atendimento de qualidade, que não se coaduna nem com uma abordagem baseada no senso comum, nem com uma abordagem técnica e aplicativa, envolvendo, portanto, **profissionais de educação de infância bem formados e que devem ser devidamente valorizados.**

Naturalmente, o número de crianças por sala e por adulto, a qualidade e quantidade dos espaços, equipamentos e materiais por criança, as condições de saúde, higiene, segurança são dimensões que não podem ser descuradas num processo de melhoria do atendimento a crianças em idade pré-escolar.

Ao longo do trabalho de formação e discussão também se tornou clara a necessidade de **articulação e comunicação entre educadores e professores da 1ª classe** (educação básica), nomeadamente através de trabalho de equipa com vista a assegurar continuidade educativa e facilitar a transição da criança para a escolaridade obrigatória. Significa que ambos, educadores e os professores, deverão conhecer quer o referencial curricular para a educação de infância quer o programa curricular em vigor para a 1ª classe, partilhar informação pertinente e desenvolver atividades conjuntas.

Também, claramente se percebeu que a implementação no terreno do referencial curricular requer um acompanhamento e monitorização continuados bem como **formação complementar, em vários domínios, destacando-se áreas de didáticas específicas (matemática, conhecimento do mundo, expressões, língua portuguesa) bem como ao nível de formação educacional geral (prática pedagógica geral).**

A prática existente de reuniões quinzenais para planificação e apoio aos profissionais do terreno, configura-se como uma importante mais-valia no processo de consolidação de mudanças, acompanhamento e melhoria das práticas à luz do novo referencial curricular. Assinala-se aqui a necessidade de constituição de uma equipa de supervisores (elementos da equipa de EPE do MECF) que acompanham e apoiam a implementação do referencial curricular e avaliam o seu impacte.



O processo de acompanhamento e monitorização poderá passar por algo deste género:

- Antes do início das atividades letivas (Set.), o coordenador do JI + elemento da equipa do ME, faz uma **breve** formação a todos os educadores e auxiliares do JI (tendo sido o referencial curricular disponibilizado a toda a gente);
- Nas reuniões quinzenais, utilizam-se e discutem-se as fichas e abordagens sugeridas nos anexos do referencial curricular (ex. ficha de observação do contexto e grupo, organização da rotina e planificação quinzenal, nalgumas situações explorar também a ficha de avaliação individual das crianças)
- À medida que decorre o processo, vai sendo feita a compilação de todos os registos escritos do trabalho resultante das reuniões de planificação, em cada JI – constituição de dossiers.
- Simultaneamente, vão-se analisando as dinâmicas e experiências individuais e de grupo, atendendo, por exemplo, aos níveis de bem-estar e de envolvimento dos profissionais; mudanças ocorridas nas práticas; dificuldades, lacunas e necessidades a satisfazer.

Sem acompanhamento e formação concomitante, na maior parte dos contextos, com ou sem novo referencial curricular, continuar-se-á a trabalhar da mesma forma. Retomo, aqui o já referido no primeiro relatório (p.7): “Mesmo com formação, sabemos que mudar mentalidades é difícil e moroso, mas, também sabemos que a formação se torna imprescindível num contexto de mudança e de melhoria das práticas pedagógicas! Não há outra forma. No contexto de STP, práticas pedagógicas respeitadoras, atentas e significativas para as crianças, suas famílias e comunidades, requerem uma formação de base que, para além da formação pedagógica e científica, envolva uma forte componente de intervenção e educação comunitária. Assim, torna-se imperioso, que associado a dinâmicas de formação e supervisão aos educadores que já estão no terreno, se responda a esta necessidade de formação inicial de educadores capazes de criar condições facilitadoras do desenvolvimento global de crianças respeitando as suas particularidades, contexto familiar e comunitário.

Ao nível da formação, poderá fazer sentido o estabelecimento de acordos ou protocolos de cooperação com instituições de formação de educadores e professores (ex. com a Universidade de Aveiro) que enquadrem ações de apoio e acompanhamento à consolidação de um programa de formação adequado.

A constituição de um centro de recursos educativos, eventualmente, com um serviço itinerante às comunidades mais longínquas, bem como a presença de educadores de infância portugueses apoiando as equipas locais de supervisão e o trabalho direto com as crianças, não parecem ser nenhum luxo mas, antes, possíveis estratégias para consolidação de mudanças qualitativamente desejáveis e enriquecimento mútuo.

IV – Referencial curricular para a Educação de Infância

No que respeita à construção do referencial curricular para a Educação de Infância na República Democrática de São Tomé e Príncipe, uma 4ª versão do documento já foi entregue ao MECF e UNICEF de STP, no final do período a que se reporta este relatório (3 maio).

O documento engloba diferentes capítulos, a saber:

Introdução - Princípios educativos
1. Lei de Bases do Sistema Educativo e Objetivos da Educação Pré-Escolar
2. Qualidade do ambiente educativo
3. O papel do educador
4. Finalidades e práticas educativas para os 0-3 anos (creche)
4.1 Organização do contexto físico e social em creche
5. Áreas e metas de aprendizagem e desenvolvimento para os 3-5 anos (jardim de infância)
5.1 Desenvolvimento Pessoal e Social
5.1.1 Competência social, autoestima, auto-organização e iniciativa
5.1.2 Área motora
5.1.3 Área das expressões
5.1.4 Área da linguagem
5.1.5 Área do pensamento lógico, conceptual e matemático
5.1.6 Área de conhecimento do mundo físico, tecnológico e social
5.2 Organização do contexto físico e social em jardim-de-infância
7. Planificação e Avaliação
ANEXOS
Anexo I - Roteiro de desenvolvimento (0-5 anos)
Anexo II - Indicadores e escalas de envolvimento e de bem-estar emocional
Anexo III - Ficha de Apoio à observação e melhoria da organização do espaço físico e social
Anexo IV - Ficha de análise e de avaliação individual da criança
Anexo V - Esquema de análise das potencialidades de aprendizagem e desenvolvimento de espaços de brincar
Anexo VI - Exemplos de organização da rotina diária ou semanal no jardim de infância
Anexo VII - Exemplos de planificações e de atividades

Neste momento, resta terminar os anexos I, V, VI e VII.

Até ao início de Junho, uma última versão será novamente enviada.

Departamento de Educação
Universidade de Aveiro
11/05/2012

Gabriela Portugal

Gabriela Portugal, Departamento de Educação, Universidade de Aveiro